



ATA DE REUNIÃO

5ª REUNIÃO ORDINARIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

PERÍODO: 09 e 10 de novembro de 2006.

LOCAL: IBAMA/Centre – Brasília/DF.

Dia 09/11/06

A DIFAP/IBAMA promoveu a 5ª reunião do CGSL sob a coordenação da CGREP/DIFAP, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CEPENE, Superintendência do IBAMA nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, representantes da SEAP/PR e do Ministério da Defesa/Comando da Marinha, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores/CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores/ CPP, Movimento Nacional dos Pescadores/MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca/ CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém/SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e AMAPÁ/SINPPA, Instituto TERRAMAR e alguns observadores, conforme lista de participantes, no Anexo I.

I – ABERTURA.

A reunião foi aberta pelo Coordenador Substituto do CGSL, Dr. José Dias Neto, que informou que o Senhor Diretor da DIFAP e Coordenador do Comitê Dr. Rômulo Mello, estava em viagem a serviço e que em seguida chegaria para participar do evento.

Em seguida, Dr. Rômulo Mello chegou e solicitou que o Dr. José Dias continuasse a reunião.

Dr. José Dias colocou que a participação dos observadores presentes na reunião passaria pela aprovação dos membros do CGSL, conforme prevê o Regimento Interno do Comitê. Os componentes foram consultados e aprovaram a participação dos observadores. Entretanto, Dr. José Dias esclareceu aos observadores que estes só poderiam se manifestar por meio de suas representações.

Em seguida pediu que os observadores se apresentassem e o Senhor John Early da CNPA deu início a apresentação seguido por Cláudio Botelho do SINDIPAN/PA, Paulo Maia, do SINPPA/PA e Arimatéia Queiroz do Ceará.

O Senhor José Alberto do MONAPE questionou sobre a presença do Senhor Abraão Lincoln representando a CNPA, pois deveria ser o Sr. Francisco Bezerra que é titular do comitê.

José Dias esclareceu que foram encaminhados nomes de novos representantes das Entidades sendo que a CNPA indicou como representante titular da Confederação o nome do Senhor Abraão Lincoln, o Comando da Marinha indicou o Capitão de Mar e Guerra Tarcísio Alves de Oliveira e a CPP indicou a Senhora Ormezita Barbosa.

José Dias colocou que a expectativa sobre o Plano de Gestão é de avançar o máximo nas questões que tiverem consenso e no que não tiver consenso fazer encaminhamentos.

Ressaltou, ainda, que vai apresentar uma carta de compromissos para ser assinada pelos membros do CGSL. Na referida carta deverão constar às questões que forem consenso.

José Dias se propôs a reapresentar os pontos principais do Plano de Gestão, tais como, objetivo geral, objetivos específicos, pontos de referência e propostas para a gestão do recurso lagosta.

Salientou José Dias que a lagosta é uma espécie de vida longa e que algumas medidas tomadas hoje só surtirão efeitos alguns anos depois. Portanto, não se pode perder de vista as questões de médio e longo prazo.

Colocou, ainda, que se está buscando o compartilhamento de poder e responsabilidade e que é preciso ver se de fato na hora do cumprimento das responsabilidades haverá real compartilhamento.

II – APROVAÇÃO DA AGENDA.

A Agenda de trabalho foi apresentada e aprovada e consta no Anexo II.

III – APRESENTAÇÃO DOS PONTOS PRINCIPAIS DO PLANO DE GESTÃO E DA CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS ENCAMINHADAS PELOS ESTADOS APÓS DISCUSSÃO DO PLANO DE GESTÃO:

O Coordenador Substituto do CGSL, José Dias, reapresentou os principais pontos do Plano elaborado pelo subcomitê científico e pediu a reflexão para os pontos de maior discordância como, por exemplo, o permissionamento de embarcações e salientou que é preciso rediscutir as posições antes de tomar decisões precipitadas.

Em seguida foi apresentada uma matriz elaborada a partir das propostas encaminhadas pelos os estados após as discussões realizadas sobre o Plano de Gestão de Lagostas. (Anexo III)

José Dias colocou que os Estados do Maranhão e de Pernambuco encaminhariam posteriormente os resultados e que no Estado da Paraíba teve uma nova reunião ocorrida no dia 8 de novembro e também seriam encaminhados os resultados.

As propostas dos estados foram amplamente discutidas conforme abaixo descrito:

Ponto 1 - Tamanhos mínimos de captura: Após as discussões houve consenso e todos resolveram por manter os tamanhos estabelecidos na legislação atual.

Ponto 2 – Período de defeso: Após as discussões abaixo relatadas houve consenso por manter os quatros meses de janeiro a abril conforme estabelecido na legislação atual.

O Senhor Abraão Lincoln da CNPA disse que o estado do Rio Grande do Norte defendeu um defeso de 4 meses sendo de fevereiro a maio ou se começar em janeiro se estender até maio.

Antônio Clerton do CEPENE/IBAMA disse que o subcomitê científico estará se preparando para fazer uma reavaliação do atual período de defeso de janeiro a abril e atualizar as informações.

Francisco Machado da SEAP/PR elogiou a fala do Antônio Clerton quanto ao comprometimento da reavaliação do atual defeso, porém disse ter ouvido que há uma tentativa de aumentar o período de defeso para aumentar o período de recebimento do seguro defeso. Acrescentou que conversando com representantes do MTE, estes disseram que já estão no limite da capacidade de pagamento desse benefício e que um aumento de período poderia provocar uma perda em todo o resto do trabalho.

Ponto 3 – Permitir a pesca somente com o uso de covo ou manzuá e cangalha: Após as discussões abaixo relatadas houve consenso de proibir o uso da caçoeira a partir do fim do defeso de 2007 e instituir um grupo coordenado pela SEAP/PR, para agilizar a disponibilização de acesso a recursos para viabilizar a substituição do petrecho.

José Dias disse ser necessário reduzir o esforço para manter a pesca em um patamar sustentável.

Abraão da CNPA solicitou aos representantes da SEAP/PR que o Ministro da Pesca busque recursos financeiros para ajudar o pescador, disse concordar com o que o José Dias colocou e falou que se ele concorda os pescadores também concordam. Pediu para que a partir do dia dessa reunião a SEAP/PR viabilize recursos para a retirada da rede e do compressor. Que a Secretaria tinha que entrar com uma contrapartida, pois sem isso não iríamos conseguir tirar a pesca artesanal da rede e do compressor.

Continuando sugeriu buscar uma linha de crédito específica para isto dizendo que poderia, por exemplo, o Banco do Brasil, entrar com um crédito para comprar as redes dos pescadores, um programa neste sentido controlado pelo Governo, pois se não for assim não conseguiremos atingir o certo, ou seja, passar para a pesca de manzuá.

Sugeriu, ainda, Abraão, escolher dentro do Comitê de Gestão um grupo para discutir crédito e tratar desse assunto. Falou do compromisso da Federação em trazer um levantamento da quantidade de compressor e rede e entende que a medida é justíssima desde que tenha essa troca.

José Alberto do MONAPE disse que nós temos que ter o bom senso em relação à questão da rede, que é preciso ter consciência. Colocou que o preço da rede está muito maior do que o do covo e não devemos atrelar o crédito à retirada da rede. Sugeriu que os assuntos devem ser tratados separadamente.

José Maria Veras do CONEPE concordou com o José Alberto reforçando que a rede está com um preço muito maior e o que deveria ser feito era abrir linha de crédito nos bancos para quem precisasse. Sugeriu que o MMA, o IBAMA e a SEAP/PR, fizessem uma reivindicação junto ao Governo Federal no sentido de baixar os juros.

Francisco Machado da SEAP/PR acha a proposta de linha de crédito para substituição de embarcações e petrechos de pesca, com toda uma política que facilite o crédito, ótima, mas com relação às indenizações disse que a Secretaria e o IBAMA não teriam fundo para isto. Segundo colocou Machado, vivemos com um orçamento estrangulado, mas podemos buscar isso em nível de Governo. Disse que se trata de desenvolver todo um sistema político, concorda com o Abraão da CNPA no sentido de a SEAP/PR estar acompanhando e de pisar no acelerador para uma decisão mais rápida.

Jefferson de Sousa do TERRAMAR colocou que hoje, com o uso da rede está perdendo todo mundo, inclusive o pescador artesanal. Disse não ser um investimento tão grande assim tirar as redes e é a favor da comissão, desde que seja deliberada hoje a proibição do uso da rede. Disse, ainda que a retirada de rede não deveria ser condicionada com a busca de financiamento, pois se não o processo vai parar. Sugeriu resolver a proibição da rede de caçoeira hoje e criar o grupo depois.

Abraão da CNPA sugeriu que o MMA e o IBAMA levatem os fabricantes de rede e proíba a fabricação. Segundo Abraão deve-se aprovar a retirada da rede hoje e criar um grupo para correr atrás para que o pescador não seja a vítima desse processo.

José Dias colocou que é complicado o IBAMA proibir a fabricação porque o que é fabricado é a panagem e não a rede pronta. Continuando encaminhou o consenso de proibir a rede de caçoeira a partir do fim do defeso de 2007 e instituir um grupo para agilizar o assunto de viabilizar a substituição do petrecho.

Abraão da CNPA disse que o termo indenização é muito forte, mas tem que encontrar uma contrapartida e para isto vamos lutar para fazer cumprir o que esta reunião está deliberando. Disse que na ponta a realidade é outra e que este grupo, sob o comando da SEAP/PR deve acompanhar a transição do apetrecho.

Francisco Machado da SEAP/PR disse que não tinha como garantir o financiamento, mas poderia se comprometer em encaminhar a proposta do grupo.

José Maria Veras do CONEPE sugeriu que a comissão fosse formada pela SEAP/PR, IBAMA, CONEPE, MONAPE e CNPA.

Paulo Maia do SINPPA/PA solicitou a participação do setor profissional do Pará na comissão e José Dias disse não haver nenhum problema quanto à sua reivindicação, lembrando que o Grupo deve ser coordenado pela SEAP/PR com a participação do IBAMA.

Ponto 4 – Áreas interditadas à pesca: Após as discussões abaixo relatadas houve consenso de proibição da pesca de lagostas nas 4 milhas marítimas e a proibição das marambaias para a pesca da espécie em qualquer profundidade.

José Dias colocou que nas discussões ocorridas nos estados, na maioria, houve consenso de proibir a pesca de lagostas nas 3 milhas e alguns estados avançaram até 4 milhas de distância da costa. Propôs, para pensar, 4 milhas, pois isso ajudaria na conservação das lagostas.

Francisco Machado da SEAP/PR concorda com as 3 milhas por ser consenso entre a maioria.

José Dias disse que qualquer barco vai conseguir pescar nas 4 milhas e que ninguém estava sendo retirando e sim, assegurando mais um pouco a reprodução da lagosta jovem.

José Alberto do MONAPE disse que qualquer embarcação em geral, pesca nas 4 milhas chegando a trabalhar até as 8 milhas.

Jefferson de Sousa do TERRAMAR disse que nas discussões ocorridas no Ceará foi considerado que proibindo a pesca nas 4 milhas seriam protegidos os grandes bancos de algas e manchas de cascalho, além de evitar a construção de novas marambaias. Porém poderia ser consensuado em 3 milhas contanto que se discutisse a questão das marambaias.

José Dias sugeriu proibir a pesca de lagostas nas 3 milhas e proibir, também a utilização de marambaias para lagostas em qualquer profundidade.

José Maria Veras do CONEPE sugeriu 4 milhas para manter o estoque.

Alvamar Queiroz da SUPES/RN disse que 4 milhas seria o ideal para o estado.

José Dias finalizou encaminhando o consenso de proibição da pesca de lagostas nas 4 milhas marítimas e a proibição das marambaias para a pesca de lagosta em qualquer profundidade, o que foi aprovado.

Ponto 5 – Tamanho mínimo dos barcos que continuarão a pesca com covos para lagosta: Após as discussões abaixo relatadas houve consenso de que o tamanho do barco a ser permitido para a pesca de lagostas é maior do que 4 metros.

José Dias disse que há uma concordância razoável em definir os tamanhos para os barcos, porém os tamanhos estabelecidos pelos estados são muito diferentes e variam de 4 a 13 metros. Foi ressaltado que a ideia dessa medida é proibir a operação de barcos sem autonomia para pescarem em maiores profundidades.

José Maria Veras do CONEPE disse que a posição da Entidade e do SINDIPESCA é que o tamanho mínimo dos barcos seja maior do que 6 metros.

Francisco de Paula do CONEPE disse que os estados do Amapá e Pará não discutiram e não se posicionaram sobre este item, porque a pesca da lagosta é uma atividade recente nesses estados e não têm permissão de pesca para a lagosta. Mas ressaltou que o tamanho mínimo para o barco seria de 13 metros.

José Alberto do MONAPE colocou que é preciso saber entender e separar algumas coisas, ou seja, nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte a grande frota tradicional que pesca a lagosta é a frota a vela

que mede de 3 a 5 metros. Perguntou como ficaria este tipo de embarcação. Disse que as embarcações maiores são motorizadas e chegam a 8 e 9 metros de comprimento.

Jefferson de Sousa do TERAMAR disse que não sabia dissociar as discussões sobre tamanho de barco e permissão de pesca. Colocou que esta deve ser uma decisão técnica e política e não só técnica, pois existe um grande número de embarcações com este tamanho.

José Dias sugeriu diferenciar a frota de pesca a vela da frota motorizada e estabelecer o tamanho de 5 m para barcos a vela e 7 m para barcos motorizados.

José Alberto do MONAPE sugeriu 4m para a frota a vela e 7m para a motorizada.

Antônio Clerton do CEPENE disse que por questão de nomenclatura deveria chamar de barco motorizado e barco não motorizado.

Sebastião Saldanha da SEAP/PR colocou a título de informação que pelo registro da SEAP/PR os barcos motorizados têm o tamanho entre 5 e 6m e os barcos não motorizados têm o tamanho a partir de 4,2 m.

Raimundo Braga representante das SUPES/IBAMA no CGSL, disse que os dados que a SUPES/CE têm sobre quem pescou lagosta são totalmente diferentes daqueles que estão vinculados ao seguro defeso.

Francisco Machado da SEAP/PR colocou que acha difícil estabelecer tamanho mínimo para barcos motorizados, pois hoje nos Estados do Ceará e Pernambuco a SEAP/PR está experimentando a substituição das embarcações não motorizadas por barcos catamarãs e se fecharmos o tamanho mínimo dos barcos em 4m pode prejudicar esta substituição. Pediu para fazer uma reflexão, pois os catamarãs têm um motor auxiliar e podem ser considerados motorizados.

Jefferson de Sousa do TERRAMAR disse não saber se os catamarãs devem ou não ser considerados motorizados, pois só possuem um pequeno motor auxiliar.

José Dias colocou que não importa o tamanho do motor se possui motor deve ser considerado motorizado.

José Maria Veras do CONEPE disse que o projeto feito pelo TERRAMAR é muito interessante e que o motor é auxiliar e que em 95% do percurso ele usa o vento, pois o motor não suporta muita coisa e por isso não deveria ser considerado motorizado.

José Dias disse que era melhor trabalhar só com o tamanho mínimo de barco sem a preocupação de se o barco é motorizado a partir de 4m.

Raimundo Braga da SUPES/CE disse que no Estado do Ceará foi decidido que o tamanho do barco deve ser maior do que 4metros de comprimento.

Foi encaminhado e aprovado o uso de barco com comprimento total maior que 4 metros.

Ponto 6 – Adoção da gestão do recurso lagosta por áreas (3 áreas): Após os debates abaixo relatados ficou acordado que o tema seria mais discutido.

José Dias disse que no tocante à adoção das áreas para a gestão, via a possibilidade de ter a comunidade de pescadores trabalhando junto com o Ibama, por isso devem-se fazer cenários para essas áreas.

Francisco de Paula do CONEPE disse que o Pará e Amapá são totalmente favoráveis à adoção das áreas para a gestão/administração do recurso, pois se não vermos as coisas de uma forma geral fica difícil.

José Maria do CONEPE disse que tivemos hoje conquistas boas, houve consenso em muitos pontos e estamos sendo bem conduzidos e ordenados e, neste momento o Pará não pode se dar ao luxo de querer ser dono de uma área, pois já existem outras proibições do tipo, quem vive no norte não pode pescar no sul e sudeste. Colocou, ainda que se nós obedecermos a não permissão da caçoeira a não

captura de indivíduos abaixo de 13 cm, não haverá necessidade das áreas para compactuarmos com a pesca da lagosta.

José Dias esclareceu que quando se faz a divisão por área está se fazendo, também a divisão do esforço de pesca por área.

Paulo Maia do SINPPA/PA disse respeitar a forma de como a questão das áreas foi colocada e que o Pará quer participar ativamente dessa discussão e parabenizou o José Dias pela possibilidade de fazer a exploração racional da lagosta.

Antônio Clerton do CEPENE disse que discutir um conjunto de áreas não é dividir o país, mas é dividir o esforço de pesca por área e que não devemos fechar a porta para o novo. Estamos partindo do pressuposto que há fiscalização este é um comitê permanente que vai avaliar tudo isso em questões futuras e a proposta não é dividir o Brasil e sim fazer recuperar os estoques degradados.

Pedro Alzires do SINDIPESCA/PA disse que este Comitê tem que ter resultado e que a preocupação do IBAMA em recuperar a pesca é a mesma do Sindicato. Segundo Pedro Alzires existe uma preocupação muito grande com os 300 barcos que usam a rede de caçoeira e acabam com o subsolo do estado. Se acontecer pesca com rede no Estado do Pará o Sindicato vai denunciar e trabalhar junto com o órgão ambiental no caso o IBAMA.

José Alberto do MONAPE disse que precisamos ter realmente uma preocupação especial com o estado do Pará, pois os pescadores da região veem acabar o estoque e não podem fazer nada.

José Dias encerrou os trabalhos do dia solicitando que todos refletissem sobre o tema para encaminhar no dia seguinte.

Dia: 10/11/2006 (Manhã)

José Dias abriu o 2º dia de reunião com a continuação das discussões sobre o item adoção da gestão do recurso lagosta por áreas.

Após as amplas discussões José Dias disse que como não estava havendo consenso com relação à adoção das áreas sugeria que tudo o que foi discutido e houve consenso fosse colocado em uma Instrução Normativa. Com relação à adoção das áreas as discussões seriam aprofundadas e seria rediscutida em reunião do subcomitê científico.

José Maria do CONEPE pediu para deixar a questão das áreas para 2008, estudar muito bem e fazer de uma forma que não prejudique ninguém.

Antônio Clerton do CEPENE colocou que é bom ficar claro que é humanamente impossível estabelecer uma gestão da pesca de lagosta por área para o ano de 2007, mas seria muito interessante pelo menos encaminhar esta questão.

Abraão da CNPA disse que há uns 2 anos foi corrigido um engano com os estados do Espírito Santo e da Bahia, quando foram abertas algumas licenças. Disse compreender o drama vivido no Pará ou em outros locais como é o caso do município de Canavieiras/BA que foi visitar e os pescadores não entendiam como eles queriam estar pescando, mas não podiam e quem estava pescando eram barcos de outros estados. Continuando pediu para abrir uma preferência para as empresas e as embarcações artesanais do Pará.

José Dias sugeriu manter a discussão com relação à adoção das áreas e dar uma prioridade até fevereiro, buscar uma base de dados para permissão e uma reunião do CGSL até o final de março o que significa dizer que a questão dos cenários ficaria também para até março de 2007.

Jefferson de Sousa do TERRAMAR disse concordar em deixar para discutir depois a questão das áreas, mas discorda da parte dos cenários e acha que tem que discutir agora.

José Dias disse que não daria para discutir os cenários sem o estabelecimento das 3 áreas propostas.

Antônio Clerton do CEPENE disse que a base da proposta da gestão por área é a cogestão, estamos com isso querendo chamar cada pessoa para tomar conta da sua área e não dá com esse cenário que foi traçado nessa reunião porque demora muito tempo.

Raimundo Braga da SUPES/CE disse que concordava com as 3 áreas propostas.

Jefferson de Sousa do TERRAMAR disse que o cenário aponta limitações muito drásticas num dos pilares que é a cogestão política.

Ponto 8 – Permissionamento: Após as discussões abaixo relatadas ficou acordado que até 25 de novembro teríamos uma reunião do subcomitê científico e até 15 de dezembro reunião do CGSL, para discutir a definição de critérios e condicionantes para permissionamento ou não de embarcações.

José Dias falou que abriria o item de permissionamento para ser discutido em todos os estados e se fosse preciso, voltaria às praias para discutir com a comunidade.

Raimundo Braga da SUPES/CE disse estar convencido da necessidade de permissionar todas as embarcações acima de 4 metros, partindo do pressuposto que devemos fazer uma cogestão e uma situação positiva para as pessoas. Disse que devemos regularizar a situação da frota porque o cidadão espera por isso e o que estamos colocando aqui são as condições para a pesca dos barcos acima de 4 metros.

Disse que a questão da proibição da rede é extraordinária principalmente para o setor artesanal, também estamos propondo licenciar com critérios, com alguns condicionantes como, por exemplo, permissionar as embarcações que exerceram a pesca nos últimos 3 anos. Segundo Braga muita gente hoje dessa frota vai sair tendo em vista este critério, quando condiciona os 3 anos já elimina muitas embarcações inclusive os aventureiros. No Ceará, segundo os dados do SINE todos os barcos que receberam seguro defeso no ano de 2005 pescaram lagosta.

José Dias disse que não dá pra achar que os 5 mil barcos que realizaram a pesca eram barcos lagosteiros. E questionou se o Superintendente do IBAMA no Ceará se responsabilizava em afirmar que todos os barcos que receberam o seguro defeso no período de defeso da lagosta em 2005 pescaram a espécie, pois o Plano descrevia, com clareza, a fragilidade no uso do seguro defeso.

Continuando José Dias disse que iria pedir uma auditoria nesse processo e que usar esta base de dados para permissionar os barcos desprezava o trabalho do censo pesqueiro, a estatística pesqueira obtida pelo ESTATPESCA e executada pelo IBAMA.

Raimundo Braga disse que os dados do SINE no Estado do Ceará é a junção dos dados da SEAP/PR com os do ESTATPESCA e que a fonte do SINE é mais próxima e real do que o ESTATPESCA.

Continuando disse que fez um estudo que comprovou que com a proibição da rede de caçoeira haverá 69,34% de redução do esforço, além da saída das embarcações menores que 4 metros e isso seria uma saída para pesca de lagosta no Estado do Ceará.

José Dias pediu então para que estes dados fossem disponibilizados ao subcomitê científico para efeito de avaliação no âmbito daquele subcomitê.

Raimundo Braga disse que estas ações contribuem com a redução do esforço e com a fiscalização, pois os barcos que forem autuados pescando de forma irregular perdem a licença, que junto com apetrecho de pesca já diminui o esforço.

Abraão da CNPA disse que o Estado do Rio Grande do Norte tem sofrido muito e o trabalho da SEAP/PR no cadastramento de barcos tem sido uma referência muito boa. E que critica o cadastramento dos pescadores, mas concorda com o das embarcações.

Sebastião Saldanha da SEAP/PR disse que com relação ao que o Abraão da CNPA falou, na verdade existe a legislação e ninguém pode pescar sem respeitá-la. Com relação ao cadastramento existem

2 bancos de dados, os barcos que estão cadastrados na SEAP/PR e o do censo pesqueiro feito através de uma fundação com o apoio do IBAMA.

José Alberto do MONAPE reforçou que estamos hoje numa crise e ninguém quer perder o direito de pescar, mas ninguém tem o direito de fazer o que der na cabeça. Colocou que estamos indicando o fechamento de uma área de 4 milhas, a retirada da rede de caçoeira e poderemos discutir esta questão mais tarde. Falou que o seguro defeso deve ser moralizado, o subsídio ao óleo diesel e temos que partir para a moralização da pesca, mas não dá pra fazer tudo de uma só vez.

Alvamar Queiroz da SUPES/RN disse que ficamos discutindo muito o permissionamento e esquecemos de ver o ponto do subcomitê científico para a capacidade de suporte.

Antônio Clerton disse que a proposta apresentada no Plano de Gestão leva em conta a capacidade de suporte X o esforço de pesca máximo e mesmo considerando a queda do esforço com a saída da caçoeira na proposta do Plano está dito que temos que reduzir a frota lagosteira.

Paulo Maia do SINPPA/PA disse estar preocupado e pediu para que o Pará tenha um tratamento igual ao que o Espírito Santo recebeu há alguns anos atrás conseguindo as licenças, pois se continuar decidido que continua a área atual o Pará não vai poder pescar.

Jefferson de Sousa, do TERRAMAR, disse que quando defendemos a legalização da maioria da frota não estamos desrespeitando o subcomitê científico e que a ciência política também é conhecimento científico, temos que ter maturidade porque gestão compartilhada se faz com gestão política e com participação do setor. Sugeriu para o Estado do Pará que os que trabalharam nos últimos 3 anos sejam licenciados e o resto depois vemos como fica.

José Maria Veras do CONEPE sugeriu que o IBAMA e a SEAP/PR não permita a construção desenfreada de novos barcos por no mínimo cinco anos. Sugeriu, ainda permissionar todos os barcos para que não haja nenhuma injustiça pois já vamos ter uma redução muito grande com a retirada da caçoeira. Reafirmou que deixasse a discussão sobre as áreas para 2007.

Francisco Machado da SEAP/PR disse reconhecer que num primeiro momento avançamos muito e com isso aumenta a responsabilidade do setor, porém temos que reconhecer que isso não é suficiente para uma pesca sustentável.

Continuando disse ter registro de pescador que pesca outras espécies e recebe seguro defeso de lagostas, concorda que é muito difícil nesse momento estar definindo as áreas e critérios. Disse que a proposta de encaminhamento da questão do permissionamento feita pelo José Dias é muito bem colocada e que achava plausível essa atitude.

Raimundo Braga da SUPES/CE disse que a questão da gestão compartilhada é uma coisa riquíssima, considerando até a composição do grupo de gestão na medida em que as pessoas que vêm aqui defender uma proposta é uma coisa discutida entre todos nas pontas. E o que estamos propondo é o melhor neste momento. Avançamos neste contexto no Estado do Ceará e se não der certo pode ser revisto e mudado em 2009. Mas queria ser bem claro se não resolver as permissões nenhuma medida das já aprovadas por consenso vai entrar em vigor. Ressaltou, ainda que ou se permissiona todo mundo ou não terá ordenamento da lagosta no ano de 2007. E que se resolver o problema do Ceará resolverá os dos outros estados.

Francisco de Paula do CONEPE solicitou constar em Ata, que o Estado do Pará também quer a anistia que foi dada ao Espírito Santo, conforme colocado pelo Abraão da CNPA e quer novos permissionamentos para a frota do Pará.

José Dias esclareceu que a anistia aconteceu antes da criação do CGSL e do Plano de Gestão e ressaltou que poderia colocar esta questão somente no contexto do Plano de Gestão.

Colocou que temos dois encaminhamentos claros: definir, hoje a questão do permissionamento ou remeter ao subcomitê científico para a reunião posterior.

Abraão da CNPA sugeriu discutir e viabilizar a proposta agora para não remeter tudo ao subcomitê científico.

Segundo Raimundo Braga nós avançamos muito, mas estamos correndo o risco de perder o ano se não acontecer o permissionamento de todos os barcos ilegais e assim todas as outras decisões serão em vão. Por isso, quer sair dessa reunião com posições sólidas e se for preciso rever em 2009, porque seria um tiro no pé adiar esta discussão.

José Dias ressaltou que é preciso definir critérios para permissão com responsabilidade e entendia que não dava para o órgão ambiental assumir esse ônus. Disse ter observado que está tendo uma corrida para o permissionamento. Ressaltou que os outros estados também são importantes na pesca da lagosta.

José Maria Veras do CONEPE disse que se não licenciar todo mundo o que aconteceria com esta frota que está no mar é que eles vão continuar pescando em 2007. Portanto sugeria colocar a questão em votação já que na reunião tinha representante legal de todos os segmentos.

José Dias salientou que colocar em votação a proposta do Estado do Ceará para que todos os barcos sejam permissionados não quer dizer que vai acontecer, pois no momento o IBAMA não tem segurança de que esta medida não vá prejudicar a sustentabilidade do recurso lagosta. Em caso de não haver concordância o IBAMA, na qualidade de Gestor dos recursos da sociedade, resolverá.

Abraão da CNPA disse que a preocupação é que o problema do licenciamento seja resolvido o mais breve possível e disse não estar vendo essa corrida para o permissionamento.

José Dias colocou que o Senhor Raimundo Braga é representante do IBAMA e está defendendo os interesses das Superintendências dos vários estados que pescam lagosta e não os interesses dos pescadores, que estão amplamente representados no CGSL.

Raimundo Braga disse que antes de ser representante do IBAMA é um representante dos pescadores.

Rômulo Mello, Diretor da DIFAP e Coordenador do CGSL, disse que o foco das discussões estava sendo perdido, que o IBAMA vai buscar o conjunto de regras e que impactos geram e saber se é positivo ou negativo. Continuando colocou que todas as informações científicas apontam para um esforço de pesca muito maior do que o que o recurso lagosta poderia suportar. Achamos que as propostas dos estados são importantes, mas não somente essas. Portanto, estamos propondo não decidir agora, pois não temos como dizer hoje com a decisão de permissionar todos os barcos de 4 metros, qual vai ser o esforço de pesca aplicado e se é suportável pelo recurso.

Ressaltou Rômulo Mello que não estamos fechando com vocês que não vai ter uma revisão do permissionamento, apenas hoje não temos condições de medir o esforço. Se for o caso depois da reunião de março poderemos montar uma força tarefa entre IBAMA e SEAP/PR para correr com o processo. O que não podemos é decidir sem saber as consequências dessa decisão. Temos que entender que neste processo estão os interesses não só dos pescadores, mas outros interesses principalmente políticos e se não tivermos uma mudança nesse processo só estaremos admitindo o status quo, o IBAMA não assina embaixo de uma proposta que não tenha uma informação de impacto do esforço de pesca sobre o uso sustentável das lagostas.

Frisou Rômulo Mello que na questão do posicionamento institucional precisamos de uma cautela muito grande, neste caso nós (IBAMA) assumimos que fomos os responsáveis por não ter consenso nas discussões pelo simples fato de não concordarmos em assinar uma proposta sem saber as consequências dela.

Ormezita Barbosa da CPP disse que é preciso fazer uma discussão sobre o regimento do CGSL e o seu medo é que se passar para março pode ser que atrole o processo como foi o caso do permissionamento passado. Disse que a SEAP/PR não está preocupada com a pesca artesanal e que o Governo e a sociedade civil estão com um discurso totalmente diferente.

Paulo Maia do SINPPA/PA disse que tem situações em que nunca vai se chegar a um consenso e quando não tem consenso fica bem claro que o IBAMA decide.

Rômulo Mello disse que nós do IBAMA, na verdade assumimos que não houve consenso neste caso do permissionamento, pois ainda não temos um estudo definido para decidirmos sem prejudicar ainda mais o recurso.

José Dias ressaltou que nós trabalhamos na expectativa de gerar consenso, pois não temos como prever o futuro. Francisco Machado da SEAP/PR sugeriu dar um tempo na discussão e voltar com novas posições para buscar um consenso mesmo porque a SEAP/PR não pode sair com esse título de que é contra o pescador artesanal, muito pelo contrário.

Em seguida o representante da CGFIS/DIPRO, Art Fleck, apresentou alguns itens sobre a proposta de Plano Nacional de Fiscalização para a Lagosta e pediu o apoio do CGSL para solicitar à Marinha, subsídios e parcerias principalmente com a Petrobrás e órgãos estaduais.

Elisabete Fonseca da CGEAM disse que a DIFAP foi a primeira Diretoria a abrir espaço para a Educação Ambiental que tem o propósito de trabalhar muito com o pescador.

Dia 10/11/2006 (Tarde)

José Dias, após o intervalo, retomou a reunião, pediu desculpas por ter se exaltado durante as discussões e colocou uma proposta de encaminhamento para o permissionamento.

Colocou que, se for o caso, este permissionamento deve ser feito a partir de considerações e sugestões com critérios e propostas, inicialmente, pelo o subcomitê científico e propôs realizar a reunião do subcomitê até 15 de dezembro e a reunião do CGSL até 15 de fevereiro.

Francisco Machado da SEAP/PR disse que a grande preocupação é que para os companheiros representantes de classe a questão da permissão adquire uma visão diferente lá na praia. Ressaltou que as decisões do subcomitê científico são muito válidas, mas sugeriu fazer a reunião do citado subcomitê até o final de novembro e a do CGSL até o final de dezembro.

Antônio Clerton disse que podemos tentar agilizar a reunião, mas só teremos uma posição quando ouvirmos os componentes do subcomitê científico.

José Dias disse que pode se empenhar para isso acontecer, mas não pode afirmar, pois tem coisas que fogem ao nosso controle como a questão do orçamento, por exemplo. Mas colocou como proposta final que até 25 de novembro teríamos uma reunião do subcomitê científico e até 15 de dezembro reunião do CGSL e sugeriu que as contribuições e critérios dos membros do CGSL para o permissionamento fossem mandados via e-mail, o que foi aprovado.

IV – INFORMES

Foram acordados os nomes para comporem a Comissão coordenada pela SEAP/PR e que tratará das questões de transição do petrecho, foram, então definidos encaminhamentos para os itens relacionados com, assegurar emprego e renda aos trabalhadores da pesca de lagosta, prevenir contra riscos de morte ou danos a saúde do pescador, utilização do seguro desemprego, melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras, mercado e o uso de linhas de crédito especiais e incentivos, Anexo III.

Membros da Comissão Coordenada pela SEAP/PR:

MMA/IBAMA – titular, Roberto Gallucci; suplente, José Dias Neto;

SEAP/PR – titular, Francisco Machado; suplente, Eloy de Souza Araújo;

CNPA - titular, Abraão Linconl Ferreira; suplente, Jonh Early;

MONAPE - titular, José Alberto Ribeiro; suplente, José Fernandes de Oliveira;

SINDIPESCA/SINPPA/ PA – titular, Pedro Alzires de Miranda; suplente Edvaldo Lopes; e, CONEPE – titular, Elisa Bezerra; suplente Francisco de Paula.

Observação: Como a Sra. Elisa Bezerra e o Sr. Francisco de Paula, no momento não poderão participar o Sr. José Maria Veras será o representante do CONEPE.

VI - ENCERRAMENTO

Sebastião Saldanha da SEAP/PR disse que ainda estavam faltando 3 pontos do Plano de Gestão para discutir, os itens 3.1.12, 3.1.14, e 3.1.21 que são respectivamente a respeito da definição da malha do manzuá, proibição da descaracterização da cauda da lagosta e manutenção da qualidade do ambiente onde ocorrem as lagostas.

José Dias colocou em discussão e encaminhamento os itens referidos. Ressaltou que todos os consensos e encaminhamentos estão no quadro de consolidação das propostas, Anexo III.

José Alberto do MONAPE citando a FAO, disse que as decisões e gestões sobre as pescarias deveriam ser tomadas mediante ouvidas à comunidade científica e a população e que ali estava acontecendo isto.

José Dias, Coordenador Substituto do CGSL, encerrou a reunião e pediu desculpas por ter se exaltado durante as discussões e colocou que às vezes é difícil não se envolver. Finalizou com a perspectiva de realização da 6ª Reunião Ordinária no mês de dezembro de 2006.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Tarcísio A. de Oliveira	Comando do Marinha	(61) 3429-0191	Ema11@brturbo.com.br
José Arimatéia Queiroz (Observador)	SINDIPESCA	(85) 8703-2550	sindipesca@sindipesca.com.br
Edson Lima Ferreira	DIPRO/IBAMA	(61) 3316-1092	Edson.ferreira@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 227-2791 / 9119-6496	sinppa@ig.com.br
Elizabeth Lopes P. Fonseca	CGEAM/DISAM/IBAMA	(61) 3316-1193	Elizabeth.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	SEAP/PR	(61) 3218-2846/9100-1919	eloy@seap.ibama.gov.br
Francisco de Paula Baptista	CONEPE	(91) 9986-8687	chico@amazon.com.br
Francisco Machado Filho	DICAP/SEAP/PR	(61) 218-2900	chicomachado@agricultura.gov.br
Jacinta de Fátima Oliveira Dias	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
Ormezinha Barbosa de Paulo	CPP	(85) 3238-8392	ormezeitita@hotmail.com
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	Beto_pescador_prairinhaOyahoo.com.br
José Dias Neto	CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 316-1480	jose.dias-neto@ibama.gov.br
José Maria Veras Filho	CONEPE	(85) 3264-1778/8712-2030	sindipesca@sindipesca.com.br
Jefferson S da Silva	Instituto Terramar	(85) 3226-4154	jeffsoulzasilva@yahoo.com.br
Clemeson José Pinheiro da Silva	COOPE/CGREP/DIFAP/IBAMA	(61) 3316-1188	Clemeson.silva@ibama.gov.br
John Early	FEPESCA- PB	(83) 3247-6105	johnearly@ig.com.br
Paulo Maia (Observador)	SINPPA/PA	(91) 8812-6720	----
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 207-0944 / 9617-2270	----
Raimundo Bonfim Braga	GEREX/CE/IBAMA	(85) 3227-9081	raimundo.braga@ibama.gov.br
José Rocha Filho (Observador)	SINCOMPESCA	(91) 3207-0347	sincompesca@yahoo.com.br
Rômulo José Fernandes Barreto Mello	DIFAP/IBAMA	(61) 316-1650	romulo.mello@ibama.gov.br
Abraão Lincon da Cruz	CNPA	(84) 8851-4030	----
Sebastião Saldanha Neto	SEAP/PR/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br
Roberto Gallucci	SBF/MMA	(61) 4009-9550	roberto.gallucci@mma.gov.br

ANEXO II



IBAMA/MMA

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

5ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

Período: 9 e 10 de novembro de 2006

Local: Brasília/DF – ED. SEDE/IBAMA

Data	PROPOSTA DE AGENDA
09/11/06	<p>I – ABERTURA.</p> <p>II – APROVAÇÃO DA AGENDA.</p> <p>III – PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS NO BRASIL:</p> <p>1 – Apresentação da consolidação das propostas encaminhadas pelos estados; (Coordenador Substituto do CGSL);</p> <p>2 – Discussões;</p> <p>3 – Apresentação e discussão dos compromissos e responsabilidades dos representantes do Comitê com o Plano; e,</p> <p>4 - Encaminhamentos.</p>
10/11/06	<p>IV – INFORMES:</p> <p>1– IBAMA/DIFAP;</p> <p>2 – IBAMA/DIPRO;</p> <p>3 – IBAMA/Representante das Superintendências Estaduais;</p> <p>4 – SEAP/PR;</p> <p>5 – Outros componentes do Comitê.</p> <p>V – ENCERRAMENTO.</p>

ANEXO III

PLANO DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS

5ª REUNIÃO DO CGSL

QUADRO CONSOLIDADO DE PROPOSTAS DOS ESTADOS

I – PROPOSTAS PRIORITÁRIAS

PROPOSTAS DE MEDIDAS		POSIÇÃO DOS ESTADOS	POSIÇÃO FINAL DO CGSL
1- Adoção da gestão do recurso lagosta por áreas (3 áreas). (*)	AP	S	Ficou para aprofundar as discussões.
	PA	S	
	MA	-	
	PI	S	
	CE	N	
	RN	S	
	PB	S	
	PE	-	
	AL	-	
	BA	S	
	ES	S	
2- Seleção de um dos cenários do número de barcos para cada área			Ficou para aprofundar as discussões.
3- Tamanho mínimo de captura	AP	-	Consenso: Manter a legislação atual.
	PA	S	
	MA	-	
	PI	S	
	CE	S	
	RN	S	
	PB	S	
	PE	-	
	AL	S	
	BA	S	
	ES		
4- Defeso (**)	AP	S	Consenso: Nos meses de janeiro a abril
	PA	S	
	MA	-	
	PI	S	
	CE	S	
	RN	S	

	PB	S	
	PE	-	
	AL	S	
	BA	S	
	ES	S	
5- Áreas interdidas à pesca	AP	-	Consenso: Proibição de pesca de lagosta nas 4 milhas da Costa; Proibição do uso de marambaia para lagosta em todo o litoral.
	PA	S(3)	
	MA	-	
	PI	S(3)	
	CE	S(4)	
	RN	S(3)	
	PB	SC	
	PE	-	
	AL	-	
	BA	SC	
	ES	Isóbata (20 a 60m)	
	6- Tamanho mínimo dos barcos que continuarão a pesca com covo para lagostas, em cada subárea.	AP	
PA		-	
MA		-	
PI		Manutenção das permissões com redistribuição.	
CE		Maior do que 4 metros desde que comprove que operou nos últimos 3 anos	
RN		Maior do que 4 metros.	
PB		Sem consenso para retirar barco a vela	
PE		-	
AL		S com permissão para o estado. Retirada dos barcos sem permissão.	
BA		Barco maior do que 8 metros e menor ou igual a 13 metros	
ES		Barco maior do que 7 metros. Número de 150 barcos	
7- Permitir a pesca somente com o uso de covo ou manzuá e cangalha (***)	AP	S	Consenso: Proibir o uso da rede de caçoeira. Criar Grupo coordenado pela SEAP/PR para viabilizar a substituição do petrecho.
	PA	S	
	MA	-	
	PI	S	
	CE	S	
	RN	N	

	PB	SC	
	PE	-	
	AL	S	
	BA	SC	
	ES	N	
8- Permissionamento	AP	SC	<p>Realizar Reunião do subcomitê científico até o final do mês de novembro de 2006.</p> <p>Realizar a 6ª Reunião CGSL até 15 de dezembro de 2006, visando a definição de critérios e condicionantes para repermissionamento ou não de embarcações para a pesca de lagostas.</p>
	PA	SC	
	MA	SC	
	PI	SC	
	CE	SC	
	RN	SC	
	PB	SC	
	PE	SC	
	AL	SC	
	BA	SC	
	ES	SC	
	AP	-	
	PA	-	
	MA	-	
	PI	S	
	CE	S	
9- Subsídios ao óleo diesel:			Aprofundar as discussões

Manter somente para as embarcações permissionadas	RN	S	
	PB	-	
	PE	-	
	AL	-	
	BA	-	
	ES	-	
10- Condicionantes para retirada da caçoeira: a) Governo receber as redes como parte do pagamento para aquisição de manzuá. b) Crédito subsidiado para troca de método de pesca. c) SIM - Estabelecer prazo para substituição. d) Condicionada a realização de estudos e comprovação da viabilidade econômica do covo.	AP		
	PA		
	MA		
	PI	SIM – a) e b)	
	CE		
	RN	SIM – c)	
	PB		
	PE		
	AL		
	BA	SIM – d)	
	ES	SIM – d)	

	PE			
	AL			
	BA	SIM – d)		
	ES			

(*) Nas discussões estaduais os estados do Piauí, Paraíba e Bahia propuseram modificação no estabelecimento das subáreas propostas no Plano.

() Nas discussões estaduais o estado do Rio Grande do Norte recomendou um período de defeso de fevereiro a maio e a Paraíba recomendou de março a julho.**

(*) Nas discussões estaduais os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, colocaram condicionantes para a retirada da rede de caçoeira, que serão tratadas pela Comissão coordenada pela SEAP/PR. E os estados da Bahia e Espírito Santo condicionaram a realização de estudos e comprovação da viabilidade econômica do covo.**

II – OUTRAS PROPOSTAS RELEVANTES DO PLANO

Proposta de Medidas	Posições da 5ª Reunião:	Encaminhamentos:
1- Regulamentar um mosaico de áreas especialmente protegidas.	Recomendar ao subcomitê científico o aprofundamento desta questão e encaminhar proposta concreta	Apresentar proposta até final de 2007
2- Assegurar emprego e renda aos trabalhadores da pesca de lagosta.	Estes temas serão tratados pela Comissão Coordenada pela SEAP-PR	
3- Prevenir contra riscos de morte ou danos a saúde do pescador.		
4- Utilização do seguro-desemprego		
5- Melhorar a qualidade de vida das comunidades pesqueiras.		
6- Mercado		
7- O uso de linhas de crédito especiais e incentivos.		
8- Projeto de educação ambiental.	Será discutido depois da consolidação da proposta	Apresentar até meados de 2007
9- Aspectos legais (revisão, simplificação e divulgação da legislação)		Até final de 2007
10- Projeto de Fiscalização	Foi caracterizada a urgência da apresentação do projeto	Até final de 2006
11- Programa de pesquisa	Abrangendo toda área de ocorrência	Apresentar até meados de 2007
12 - Malha do manzuá ou covó		Manter a atual legislação com a possibilidade de revisão
13- Manter a qualidade do ambiente onde ocorrem as lagostas		O subcomitê científico vai se aprofundar e apresentar uma proposta
14- Proibição da descaracterização da cauda da lagosta		Manter a legislação atual